

Diamantina: passado e presente

Antonio de Paiva Moura



Edição Carranca

Belo Horizonte
2013

Copyright © by Antônio de Paiva Moura

Direitos cedidos para esta edição à Comissão Mineira de
Folclore

FICHA TÉCNICA

- Revisão: Domingos Diniz e Sandra Melo

Dalcantoni

- Diagramação: José Moreira de Souza

- Capa, motivo – Guignard – *Passadiço*, 1960

Ficha catalográfica

MOURA, Antonio
de Paiva.

Diamantina:
passado e presente.

Belo Horizonte:

Edição Carranca

Comissão Mineira

de Folclore, 2013.

CDD

CDU

Comissão Mineira de Folclore
Rua Pires da Mota, 202 – Madre Gertrudes
30512-760 – Belo Horizonte – MG
e-mail = oficinafolclore@superig.com.br

Comissão Mineira de Folclore
Fundada no dia 19 de Fevereiro de 1948

Gestão 2012 - 2014

Presidente - José Moreira de Souza

Vice-Presidente - Domingos Diniz

Secretária - Elieth Amélia de Sousa

Tesoureiro - Luiz Fernando Vieira Trópia

Conselho Fiscal

Águeda Moraes Carvalhaes e Kallás

Antônio de Paiva Moura

Franciscus Henricus van der Poel - OFM

SUMÁRIO

Apresentação - 5

1 – Felisberto Caldeira e o despotismo colonial - 9

2 – Congresso político do Norte de Minas - 31

Apresentação

Antônio de Paiva Moura tem uma longa convivência com a arte pictórica em suas diversas concreções. Não disse tudo, mas disse alguma coisa.

Há uma Diamantina, cuja história se escreve Eu sou um leitor privilegiado das obras do professor Antônio de Paiva Moura. Como tal, posso afirmar, na minha humildade de leitor, Antônio Moura merece muito mais ser lido e comentado do que de fato o é.

Suspeito que há razões de esse autor não ser suficientemente conhecido e apreciado nos meios acadêmicos. A primeira delas é que muitas de suas obras são editadas pelo próprio autor e circulam, conseqüentemente, num círculo limitado de leitores. A segunda é que as redes acadêmicas adquiriram tal autonomia que passaram a selecionar obras numa tradição determinada por essas redes.

A segunda razão apontada, no meu entender, resulta, por exemplo, da escolha dos prefaciadores. Nesse caso, sou corresponsável. Como leitor privilegiado, li com antecedência, até mesmo antes de a obra chegar a qualquer editora, quase uma dezena dessas. Ora, a condição de prefaciador favorece demais a disseminação da leitura. E isto não está ligado à qualidade da atenção do leitor, mas ao valor que lhe é atribuído nos meios selecionados. Ou seja, o prefaciador tem que ser mais conhecido do que o autor. No caso, dá-se o contrário.

Vejam o meio no qual o autor circula e oportunidade deste prefaciador agregar valor de leitura a esta obra pela sua condição de leitor. Moura é professor emérito da Escola de Artes Guignard da qual foi também diretor e sobre a qual editou as peripécias de sua fundação e manutenção. Moura é professor emérito da Uni BH, onde ministrou cursos de História de Minas Gerais, onde também ministrou as aulas magnas ao longo de mais de cinco anos. Moura foi o criador do Centro

de Informações Folclóricas da Comissão Mineira de Folclore, feito que garantiu a essa entidade a inauguração de prestadora de serviços permanente. Moura foi pesquisador e diretor do Arquivo Público Mineiro de cuja experiência acumulada resultou uma obra de consulta necessária, o *Dicionário Bibliográfico de Minas Gerais*. Mais ainda, entre mais de uma dezena de obras publicadas, há que mencionar necessariamente: *América Latina: fatores ideológicos da colonização* (2007) e *Violência no mundo, ontem e hoje: uma visão interdisciplinar* (2009). O *Dicionário* revela o bibliófilo; *América Latina* exhibe uma maneira não explorada de contemplar a História da Arte, ou melhor, da Arte como referencial interpretativo da verdade histórica que os historiadores desprezam; *Violência no mundo* resulta da preocupação do autor em por para discussão condição “genética” das sociedades de abrigo desse vírus da destrutividade. Esta última obra resulta da preocupação já revelada pelo autor em *História da violência em Minas Gerais*.

Ora, ora, diante de obras tão amplas, o sentimento deste leitor é de impotência para multiplicar os leitores e recomendar a leitura necessária dessas obras em diferentes círculos de estudiosos.

Em *América Latina*, não se faz uma história da arte, mas o exame da oportunidade de a arte ser explicativa do momento histórico. Em a *Violência no mundo, ontem e hoje*, o autor quer convocar todas as pessoas a se debruçarem sobre o problema que mais nos incomoda, mas que não é passível de obter a solução que lhe damos ou que acreditamos “certa”.

Neste momento, tenho em mãos, *Diamantina: passado e presente*. Diamantina é uma das cidades mineiras às quais Moura presta grande atenção. Sobre ela, foram produzidos inúmeros estudos de sua lavra. *Panorama literário de Diamantina* foi publicada em 1994 e *A cultura afro-brasileira e a festa do Rosário em Diamantina* é de 1998. Artigos dispersos sobre temas e autores diamantinenses, uma vez

reunidos possibilitariam edição de outra obra bastante extensa.

Chegado a este ponto, minha proposta é que o leitor vá direto aos dois ensaios que compõem *Diamantina: passado e presente*.

Justifico. Não tem sentido antecipar minha interpretação – que de fato é mais um conversa – sem dar voz a cada leitor. A voz privilegiada é a de Antônio Moura dizendo de Diamantina. Retorne, após a leitura de “Felisberto Caldeira e o despotismo colonial” e “Congresso político do Norte de Minas” a minhas divagações.

Li e comento.

Após ler e diagramar pela primeira vez os dois ensaios, acordei-me certo dia com esta canção de circo:

Uai, uai, acabemo de chegar.
Quem tiver coração triste,
Faz favor de se alegrar.

Aí, pensei: achei um ponto para comentar o novo livro do Moura sobre Diamantina. Encontrei vários. Moura é fotógrafo. Nenhum instante lhe passa despercebido. Tudo merece registro em imagens. Moura é um documentalista. Nenhuma obra lhe passa pela frente sem merecer constar num catálogo. Moura tem profunda convivência com painéis, cujos painéis se exibem múltiplos. Nada é completo, a história se escreve, mas também se inscreve e, ao se inscrever, sua escrita é sempre incompleta. A obra de arte denuncia os fatores ideológicos, se faz pela contemplação desses fatores. Na escrita, os historiadores se esforçam para registrar a realidade vigente. Contudo, nessas obras há que buscar os pequenos painéis retratados e, neles, as sombras que dão sentido à luz. A obra histórica encena um circo: “acabemo de chegar”.

Há um traço que liga pontos de Felisberto Caldeira ao Congresso das Municipalidades do Norte Mineiro: “acabemo de

chegar”. A primeira chegada é a dos “reis do diamante”; a segunda é de todos os visitantes “ilustres” – ai! de quem não for.

“Como os viajantes são recebidos em Diamantina “ é o mote que configura todos os painéis. E, na sombra num fundo escuro, que oculta os painéis reais: como o diamantinense vive sem a chegada do viajante, ou como o viajante se naturaliza?

Eu li com atenção, e releio:

No fim de vinte dias está naturalizado diamantinense. Já está muito visto. Já não dá importância aos que com ele passeiam e o seu posto é substituído por um outro qualquer que chegue. Então o viajante é forçado a filosofar, com amargura, que tudo passa na terra, até o valor raro de um hóspede.

Nesse ponto o palhaço canta no meio do picadeiro:

Eu dei um tapa
Na cabeça do capeta
Mas a coisa ficou preta
Joeiei, garrei rezá!

José Moreira de Souza
Presidente da Comissão Mineira de Folclore

1. Felisberto Caldeira Brant e o despotismo colonial



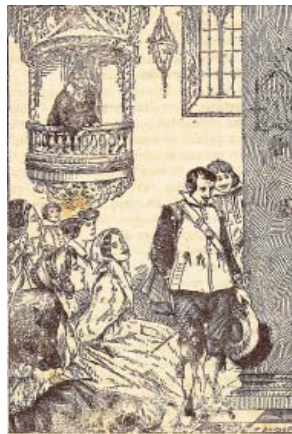
Guignard – *O contratador*, 1960

Distrito Diamantino

Tão logo foi oficializada a descoberta e dado início à exploração das jazidas superficiais de diamantes no então arraial do Tijuco, o rei de Portugal, Dom João V começou a tratar a região com medidas de exceção, como no ato de 2 de dezembro de 1729 que declarava os diamantes monopólio do Estado. Com a demarcação da região de exploração de diamantes que passou a chamar-se Distrito Diamantino, o Arraial do Tijuco e outras formações urbanas dentro da demarcação, não podiam ser elevados à condição de vila ou de cidade. Essa medida impedia que os cidadãos que viviam na região tivessem qualquer poder jurídico. Basta dizer que no território demarcado não podia residir nem atuar advogado. Joaquim Felício dos Santos (1976) descreve todos os aspectos da administração portuguesa na área demarcada, afirmando que a metrópole experimentava, de momento em momento, uma nova forma de repressão, mandando fechar as casas comerciais por considerá-las o maior foco de contrabando; deposição e inquéritos contra os intendentess; prisões e execuções sumárias; fechamento das fronteiras do distrito; autoridade absoluta ao comandante do destacamento militar; confisco de bens em geral; derramas, devassas e processos. Os contratadores e os intendentess dos diamantes eram déspotas que recebiam ordens diretas da Metrópole.

Dez anos depois da demarcação, em 1739, o governador da capitania de Minas Gerais, Gomes Freyre de Andrade foi ao Tijuco discutir com o intendente Rafael Pires Pardiniho se continuava com o sistema direto de administração do Distrito Diamantino, pela Fazenda Real ou se adotava o sistema de contrato arrematado em hasta pública por empresários interessados. Pardiniho optou pelo sistema de contrato. Era evidente que o sistema de contrato era bom para a Metrópole, mas entregava a população e os contribuintes à ambição dos contratadores que passavam por cima de preceitos morais e conceitos humanistas, para abarrotarem os tesouros do reino e fazerem as fortunas ambicionadas pelos próprios contratadores.

O primeiro contratador foi João Fernandes de Oliveira, em sociedade com Francisco Ferreira da Silva, sendo intendente o prestigioso Rafael Pires Sardinha, que vigorou de 1740 a 1743. Este contrato, que foi prorrogado até 1747 rezava que os contratadores podiam minerar no Distrito Diamantino, com 600 escravos, pagando à Real Fazenda, 230 mil cruzados de capitação. O imposto de capitação incidia sobre a quantidade de cabeças de escravos empregadas pelos contratadores na mineração. Nada de extraordinário ocorreu durante os dois primeiros contratos. O terceiro contrato foi firmado com Felisberto Caldeira Brant e seus irmãos Joaquim e Conrado, tendo vigorado de 1747 a 1751, com os mesmos direitos e deveres dos dois primeiros. O quarto contrato foi arrematado pelo desembargador João Fernandes de Oliveira, filho do primeiro contratador, tendo vigorado de 1753 a 1758. Ficou célebre, como figura autoritária, o sétimo contratador, José Antônio Meireles Freire, de 1782 a 1786. Por causa de sua teimosia e irredutibilidade em suas decisões, foi apelidado de “Cabeça de Ferro”. Desde 1771 estava em vigor o terrível “Regimento Diamantino”, baixado pelo Marquês de Pombal, que ficou conhecido pelo título de “Livro da capa verde”. Aproveitando-se dos poderes oferecidos por esse regimento, “Cabaça de Ferro” moveu guerra de morte contra os garimpeiros e cometeu os maiores atos de violências e atrocidades. Conta uma lenda que somente a voz do padre Brandão, do Serro, no sermão que proferiu na Semana Santa de 1785 conseguiu tocar



F. Borgeti – *Cabeça de Ferro*, 1913

o coração do dito contratador. No dia seguinte mandou soltar alguns presos que abarrotavam a cadeia e os troncos do Tijuco.

Ouvidor da discórdia

I

O primeiro historiador a relatar o episódio Felisberto Caldeira Brant ocorrido de 1751 a 1753 foi Joaquim Felício dos Santos. Seu livro, “Memória do Distrito Diamantino” foi publicado em 1868, sendo 117 anos depois do acontecimento. Ele atribui a Sebastião José de Carvalho Melo, Marquês de Pombal, primeiro ministro de Dom José, de 1750 a 1777, a mudança de orientação nos negócios e na administração ultramarina. Dai a apuração das causas da ruína do terceiro contrato dos diamantes e os infortúnios do contratador Felisberto Caldeira Brant. Para Santos (1976) o despotismo do Marquês de Pombal fez a administração de Felisberto Caldeira Brant parecer um antro de mazelas e corrupção. *Seus amigos e conhecidos, com cuja proteção contava na corte, tinham sido arredados do poder e sua influência nulificada.* (p. 90) O autor mostra ainda, que a mineração havia diminuído muito a produção tanto de ouro quanto de diamante, tanto em Goiás quanto em Minas Gerais, o que fazia suspeitar que o contratador fosse quem estava levando o que devia ser carreado ao tesouro da metrópole.

Acontece que no início de 1752 foi roubado o cofre da Intendência, onde estava guardada grande porção de ouro e diamante, pertencente ao contrato. Apesar de todas as investigações e medidas policiais, jamais o espetacular furto foi apurado. Faltando o dinheiro para pagar os tributos devidos à Real Fazenda, Felisberto emitiu uma nota de crédito no valor de 700 mil cruzados, mas não conseguiu recursos para pagá-la. Para culminar com a crise houve um episódio dramático que iria precipitar a ordem de prisão do contratador. Celebrava-se, em 1752, com grande pompa, a semana santa na matriz de Santo Antônio, atual catedral metropolitana. Tradicional e excepcionalmente, nessa oportunidade a Intendência liberava as fronteiras do Distrito Diamantino para as celebrações da paixão de Cristo. Da Vila do Príncipe, atual cidade Serro, vieram as

principais pessoas e entre elas, o ouvidor da comarca, Dr. José Pinto de Moraes Bacelar, (1) há pouco chegado da Europa, impregnado de ideias iluministas, não se sensibilizando diante dos rituais católicos. *Uma linda jovem, parente dos Caldeiras, extraíra-lhe a atenção. O ouvidor, querendo dar-lhe uma demonstração, com a indiscrição própria de um espírito leviano, lançou-lhe ao colo uma flor ao que a jovem repeliu com indignação.* (SANTOS, 1976: 91) Os fiéis, escandalizados reagiram com um forte murmúrio. Plácido da Silva de Oliveira Rolim, que era irmão de Padre Rolim, presenciou e descreveu o acontecimento. Felisberto foi ao encontro do ouvidor e falou a seu ouvido. Em seguida retirou-se e ficou a esperá-lo do lado de fora da igreja. Terminada a celebração Felisberto apresentou-se ao ouvidor muito encolerizado e na presença do intendente pediu que se lhe desse satisfação. Felisberto, não podendo conter-se deu-lhe uma punhalada, que por sorte acertou um botão de metal da casaca do ouvidor. O povo associou-se à guarda de pedestres do contrato e colocou-se ao lado de Felisberto. Os Dragões da Cavalaria, por ordem do intendente ia avançar sobre o povo e prender Felisberto, mas o celebrante, padre Coimbra,



F. Borgeti – *O padre e o crucifixo*, 1913

(1)– Cabe explicar que o cargo de ouvidor no Brasil Colônia tinha por função aplicar a lei da Metrópole. Era completamente diferente do modelo clássico, uma vez que não representava o cidadão, mas o titular do poder. Reportava ao rei em Portugal o que acontecia na colônia.

com um crucifixo na mão, pediu trégua, evitando o ato de prisão naquele momento.

(

A partir daí, o povo se dividiu em dois partidos. O favorável ao intendente e ao ouvidor e o que defendia o contratador. Felisberto apelou ao governador da capitania, Gomes Freire de Andrade, para não ser preso, mas três fatores contribuíram para que seu pedido não fosse atendido: a autoridade do ouvidor junto ao rei; o sumiço do cofre e o não pagamento da letra do tesouro. O próprio governador, acompanhado por grande aparato policial foi ao Tijuco prender Felisberto. Da comarca do Serro, Felisberto foi transportado ao Rio de Janeiro e de lá para Lisboa.

Logo que a escolta partiu conduzindo Felisberto, em 1º de setembro de 1753 começaram as devassas e buscas em sua casa e na sede do contrato, que era a atual Casa da Glória. A casa de moradia, a baixela de ouro e prata e todos os bens foram avaliados em dois milhões de cruzados, enquanto a dívida que tinha com a Fazenda Real era um montante de 700 cruzados. No cofre da intendência foram encontrados 34 quilates de diamantes. O ouvidor José Pinto Bacelar que chefiava as buscas inquiriu todos os funcionários do contrato, como caixa, guarda-livros e escriturários à procura de cúmplices detentores de valores de Felisberto. Na linguagem de hoje, havia suspeita de que eles fossem os “laranjas” do contratador.



F. Borgeti –
*Fugitivos da
cadeia do
Limoeiro,*
1913

Amigos e parentes do contratador também foram investigados. *Felisberto Caldeira Brant, em Lisboa, continuava nas masmorras do Limoeiro, empobrecido com a extorsão que lhe fora feita. Implorava em balde sua soltura da clemência real, oferecendo fiadores, mas nenhuma fiança se quis julgar idônea.* (SANTOS, 1976: 97)

Havia dois anos que Felisberto se encontrava preso quando, em 1755 ocorreu o terremoto de Lisboa, tendo ruído a cadeia em Limoeiro. Fora do cárcere Felisberto encontrou-se com Pombal e se entregou. Sensibilizado com o gesto, o ministro perdoou-lhe e o encaminhou para Caldas da Rainha, a fim de refazer a saúde abalada. Pouco tempo depois faleceu.

II

A segunda obra a relatar o terceiro contrato foi “História da Terra Mineira”, de Carlos Góis, editado em 1913 pela Imprensa Oficial do Estado. Teve como ilustrador o desenhista Francisco Borgetti. Inicia afirmando que Felisberto Caldeira Brant começou sua vida minerando em Vila Boa, em Goiás. Ali fez seu cabedal e depois foi para Paracatu, em Minas Gerais, no momento em que as minas ali foram descobertas. Em Paracatu fez fortuna. Cada escravo tirava, por dia, cerca de 17 oitavas de ouro, equivalendo a 54 gramas diários. Com 300 escravos trabalhando, extraía 16 kg, sendo mais de uma arroba por dia. Como era ambicioso e ousado, Felisberto, confiando em sua boa estrela, resolveu investir em empresa mais arrojada e lucrativa, pensando multiplicar por 10 vezes a sua fortuna. Como não podia estar em dois lugares ao mesmo tempo associou-se a três irmãos, Sebastião, Joaquim e Conrado. Ao contrário dos dois primeiros contratos, Felisberto permitia que particulares minerassem, ou garimpassem, como eram chamados os faiscadores clandestinos. As autoridades sabiam que o produto do garimpo corria todo para o contrabando. Por isso o reprimia com rigor. A fortuna de Felisberto cresceu e com ela ostentava o luxo e o requinte de vida de seus familiares: *Os vestidos de sua esposa e filhas eram confeccionados na França. Em sua casa realiza-*



Julius
Kaukal –
A
família
reunida,
1960

vam-se bailes no meio da maior pompa e esplendor. Dançava-se uma dança especial daquela época, muito graciosa e elegante – o minueto. (GOIS, 1913). Os homens usavam o cabelo trançado em forma de rabicho; chapéu de três pontas; camisa preguada, lenço branco bordado, colete de cetim chinês, casaca comprida de veludo; calçados pretos com fivelas de ouro. As mulheres usavam na cabeça uma touca de seda branca com bordados de fios de ouro; saias de grande roda e grande cauda, anquinha e espartilhos; sapatos de bico repuxado para cima, de saltos altos de madeira; brincos pesados e grandes. Iam à missa, transportadas em liteiras



Percy Lau – A prisão
de Felisberto, 1944

carregadas por escravos vestidos de libré. As famílias que não eram tão ricas tentavam seguir os mesmos hábitos dos Caldeiras.

Dois fatos vieram, porém, aniquilar a riqueza e a vida de Felisberto Caldeira Brant: o assalto ao cofre da Intendência com grande quantidade de diamantes e dinheiro e a perseguição movida pelo ouvidor Bacelar contra o contratador. Sem muita variação Góis narra o galanteio do ouvidor à donzela parenta de Felisberto; a tentativa de homicídio contra o ouvidor e os desdobramentos da crise até o falecimento de Felisberto.

III

A terceira versão historiográfica sobre o ruidoso contrato de Felisberto é de Aires da Mata Machado Filho, em “Arraial do Tijuco Cidade Diamantina”, cuja primeira edição é de 1944. A narrativa de Machado Filho acrescenta um dado importante na história do terceiro contrato, afirmando que as acusações contra Felisberto, inspiradas no ouvidor Bacelar, que chegaram a Lisboa eram exageradas. Diziam até que, com grande poder granjeado, queria tornar o Tijuco independente, franqueando ao povo as minas. Mas a metrô-



Percy Lau – *Casa do contratador*, 1944

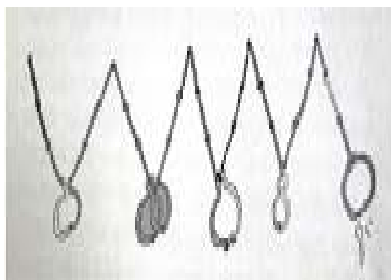
pole queria evidenciar um motivo concreto para prender Felisberto, sem aumentar a irritação do povo. Foi fácil pontuar esse motivo, pois o parco rendimento do contrato e o roubo do cofre eram graves acontecimentos. Depois da morte de Felisberto Caldeira, seu filho Gregório Caldeira Brant veio para o Brasil. Em Mariana, MG, casou-se com Ana Francisca de Oliveira Horta. Gregório seguiu carreira militar e alcançou o título de coronel. Teve dois filhos: Felisberto Caldeira Brant Portes de Oliveira Horta, o marquês de Barbacena, e Ildefonso de Oliveira Caldeira Brant, visconde de Gericinó.

IV

Lúcia Machado de Almeida, em “Passeio a Diamantina”, na edição de 1960 começa com o fato de que grande quantidade de diamante chegava à Europa, causando até baixa de preço. *Judeus espertos adquiriam as pedras, levando-as a Goa e Bengala, de onde eram enviadas para a Inglaterra como legítimos diamantes orientais.* Esse fluxo de diamantes na Europa gerou medida de repressão na Capitania de Minas Gerais. Mandou reeditar uma ordem do Conde de Assumar de 27 de agosto de 1722, na qual proibia qualquer negro de usar armas de fogo, faca ou porretes. O negro fugido era marcado com a letra “F”, ao ser capturado. Os reincidentes teriam uma orelha cordada. Para ilustrar essa situação, Guignard desenhou um ferro de marcar negros fugidos e uma galé para prendê-los pelos pés.



Guignard – *Ferro de marcar escravo*, 1960



Guignard – *Galés*, 1960

Foi nesse clima de terror que iniciou a vigência do terceiro contrato, arrematado por Felisberto Caldeira Brant e seus irmãos. Para dar um caráter mais romanesco à história, Almeida (1960: 34) buscou explicitar as raízes genealógicas de Felisberto Caldeira. *Era descendente de João Havre Brant, nascido na Bélgica, filho natural do Duque de Brabante, com a Madmoiselle Huldemberg. João de Brant Filho foi mandado a Portugal como cônsul do Luxemburgo, em Lisboa.* Em 1700, Ambrósio, filho de João de Brant foi enviado ao Brasil, como mestre de Campo. No começo do século XVIII, como poderoso senhor de escravos. Na chamada Guerra dos Emboabas colocou-se contra os paulistas e a favor da oficialidade portuguesa. Em 1714 foi eleito juiz municipal da Comarca do Rio das Mortes. (VASCONCELOS, 1974) Felisberto foi o primeiro filho de Ambrósio e de Branca, filha de Lourenço Castanho de Taques, o velho. (2) Diz a lenda que Felisberto saiu de São João Del Rei em busca de um tesouro deixado em Goiás pelos jesuítas. Na condição de genro do sertanista era detentor de informações importantes para chegar ao Rio Paracatu.

Em grande comitiva composta de escravos negros, indígenas, esposa e irmãos, Felisberto Caldeira chegou a Paracatu, onde encontrou jazidas de ouro com depósitos geologicamente recentes. A abundância de tais jazidas aumentou enormemente a fortuna do fidalgo. Ao arrematar o terceiro contrato, Felisberto, que era descendente de famílias nobres europeias era requintado e tinha gosto pela aventura. Introduziu no Tijuco o gosto pelo luxo. Guignard ilustrou essa narrativa de Almeida com dois desenhos. O primeiro ícone é um homem de olhos claros, cabeleira postiça e bigodes bem feitos; chapéu de três bicos com um laço de fita na aba esquerda. O segundo ícone é um leque ricamente bordado com ornatos abstratos e rendilha nas extremidades, como nos objetos desse gênero, importados da China.

(2) Lourenço Castanho de Taques foi um sertanista de São Paulo. Em 1676 atacou e aniquilou os índios Cataguases, do Centro de Minas até Araxá. Daí seguiu para o Rio Paracatu, onde passou dois anos. Era experiente na captura e escravização de índios. Nessa prática tornou-se muito rico. Ao destruir os Cataguases, Lourenço deixou o campo desimpedido para a bandeira de Fernão Dias chegar à região central de Minas Gerais.



Guignard – Cabeça com chapéu, 1960



Guignard – Leque, 1960

V

O historiador, João Camilo de Oliveira Torres (1962) mostra-se mais técnico, mais preocupado em não mascarar o acontecimento e começa dizendo textualmente: *A história dos Caldeiras tem muito de romance, como quase tudo que acontecia na Demarcação Diamantina*. Para ele, Felisberto Caldeira foi homem aventureiro e empreendedor, de muita sorte na mineração. Depois de ganhar fortunas em Goiás e Paracatu tornou-se contratador. O seu contrato, graças a muitos fatores, inclusive ao contrabando que se fazia à larga, correspondeu a uma época de grande prosperidade no Tijuco, cuja população cresceu depressa e fortunas se fizeram rapidamente, nascendo o luxo e o bom gosto. Em mudança repentina, as minerações de Paracatu e do Tijuco começaram a dar prejuízo. Em 1752 o cofre da intendência foi assaltado e, para cúmulo do azar surgiram conflitos entre Felisberto Caldeira Brant e o intendente, estendendo-se ao ouvidor da comarca do Serro, Dr. José Pinto de Morais Bacelar. Com este houve uma cena típica do século XVIII: *Atirou em plena igreja, uma flor ao colo de uma jovem aparentada com os Caldeiras – surge, após a cerimônia, um conflito, com punhaladas e o mais*. Torres informa que, antes de partir de Lisboa, Felisberto fez liquidação de todos os seus negócios e faleceu logo depois.



Tom Maia – *Contrabando de diamantes*, 1979

VI

A obra de Tom Maia, “Tijuco & Diamantina”, 1979, difere das demais por ser iconográfica, na qual Aires da Mata Machado Filho colabora com texto de caráter historiográfico. O que há de diferente nesse texto é que o autor faz referência ao drama escrito por Afonso Arinos, “O contratador dos diamantes”, publicado em 1917 e reeditado em 1973, na coleção “Dramaturgia Brasileira”, do Ministério da Educação e Cultura. No ato de abertura da peça Arinos descreve a casa da Glória como a mansão de Felisberto Caldeira: *Dois solares contíguos divididos por longa ponte de arcos. [...] Luxo pesado. Portas à esquerda, janelas à direita. Junto às paredes, cadeiras e sofás de estilo barroco; o centro*

*livre para dança. [...] Ao fundo do salão, num estrado, uma
orquestra executa um minueto.*



Tom Maia – *Casa da Glória*, 1979

Tom Maia –
*Mobiliário
antigo,*
1979



VII

Inspirada em uma visita a Minas Gerais, Cecília Meireles compôs o poema “Romanceiro da Inconfidência”, de temática social que evoca a luta pela liberdade no Brasil do século XVIII. A ele incorpora elementos dramáticos, épicos e líricos. A primeira edição é de 1953. A ambientação do acontecimento histórico chamado Inconfidência Mineira é feita com 19 romances ou acontecimentos verídicos, entre os quais o episódio Felisberto Caldeira e João Fernandes de Oliveira com sua famosa amante Chica da Silva.

Do Punhal e da Flor

*Rezando estava a donzela, / rezando diante do altar. /
E como a viam mirada / pelo ouvidor Bacelar! / Foi
pela semana santa. / E era sagrado o lugar.*

*Muito se esquecem os homens, / quando se encantam
de amor. / Mirava em
sonho a donzela, / O enamorado Ouvidor. / E em
linguagem de amoroso / arremessou-lhe uma flor.*

*Caiu-lhe a rosa no colo. / Girou malícia pelo ar. / Vem,
raivoso, Felisberto, / seu parente protestar. / E era na
semana santa. / E estavam diante do altar.*

*Mui formosa era a donzela. / E mui formosa era a flor.
/ Mas sempre vai desventura / onde formosura for. /
Vede que punhal rebrilha / na mão do contratador!*

*Sobe pela rua a tropa / que já se mandou chamar. / E
era à saída da igreja, / depois do ofício acabar. / Vede a
mão que há pouco esteve / contrita, diante do altar!*

*Num botão resvala o ferro: / e assim se salva o ouvidor.
/ Todo o Tijuco murmura, / uns por ódio, uns por amor.
Subir um punhal nos ares, / por ter descido uma flor!*



Renina Katz – *Fidalgo*, 2010

Epílogo

A história de Felisberto Caldeira e sua deposição do cargo de contratador dos diamantes, de 1751 a 1755 tornam-se em épico relatado por inúmeros escritores, historiadores e dramaturgos. Ela serve para ilustrar o caráter da colonização do Brasil e sua significação no âmbito mundial. A produção de ouro e diamantes, a partir do século XVIII, tirou Portugal da condição de país dominado e o elevou à condição de potência. Torres (1962) afirma que para ter poder e prestígio na Europa e em outros continentes, qualquer país tinha que manter nos demais, um corpo diplomático de peso, residindo e trabalhando em edificações de luxo. Essa era uma das necessidades de se extrair tantos metais e pedras preciosas na colônia. O período de Dom João V de Portugal, de 1707 a 1750 foi o mais faustoso, no qual foi construído o palácio-convento de Mafra. O título a ele concedido pelo papa Clemente XII, em 1747, não deixou de ser muito oneroso: Dom João V enviou a Roma cerca de 1.500 quilos de ouro. Salienta-se o fato de Portugal estar sempre



F. Borgeti—*Mulher Tijucana*, 1913

ameaçado pelo poder da Espanha, França e Inglaterra. O fausto, a riqueza e o luxo eram elementos de destaque, intimidação e imposição autoritária. No tempo de Dom José I e de seu primeiro ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, (1750 a 1777) além da reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, os metais e as pedras preciosas do Brasil contribuíram para edificações de luxo, a exemplo do Palácio de Queluz.

Os reinóis que exerciam cargos na colônia tinham que se trajarem como nobres; comparecerem a banquetes e bailes de gala. Os reinóis e colonos descendentes destes tinham a obrigação de se enriquecerem com a condição de enviar à metrópole as suas fortunas. O historiador pernambucano, Evaldo Cabral de Melo (2008), afirma que, como compensação pelos modestos ordenados pagos às autoridades ultramarinas e outros funcionários, já pressupunha que a coroa portuguesa fecharia os olhos às irregularidades cometidas, desde que satisfizesse duas condições implícitas: a primeira era a de não atentar contra a ordem régia; a segunda, desde que agisse com discrição. O agraciado só aceitaria servir fora do reino, na expectativa de enriquecimento. Os governadores da capitania e os contratadores de diamantes voltavam ricos para Portugal, a exemplo de Dom Lourenço de Almeida, governador da capitania de Minas Gerais, de 1721 a 1732. Ele foi acusado de ocultar os primeiros diamantes descobertos em 1726 e de ter acobertado os fabricantes de moedas falsas, de 1729 a 1732, na Serra do Paraopeba, hoje Serra da Moeda.

Quase todos os contratadores de diamantes foram denunciados por desvios e contrabandos de diamantes. Felisberto Caldeira (1752) foi preso e conduzido a Portugal, onde mais tarde foi solto por ordem de Pombal. João Fernandes de Oliveira, cuja gestão começou em 1759, também sofreu denúncia no sentido de facilitar o contrabando de diamantes. Além disso, João Fernandes de Oliveira esbanjava luxo e riqueza, quebrando o protocolo da discrição. Ao voltar para Portugal levou sua fortuna e foi elevado à condição de nobre senhor e criador do morgado de Grijó.



Guignard – *O luxo e o poder*, 1960

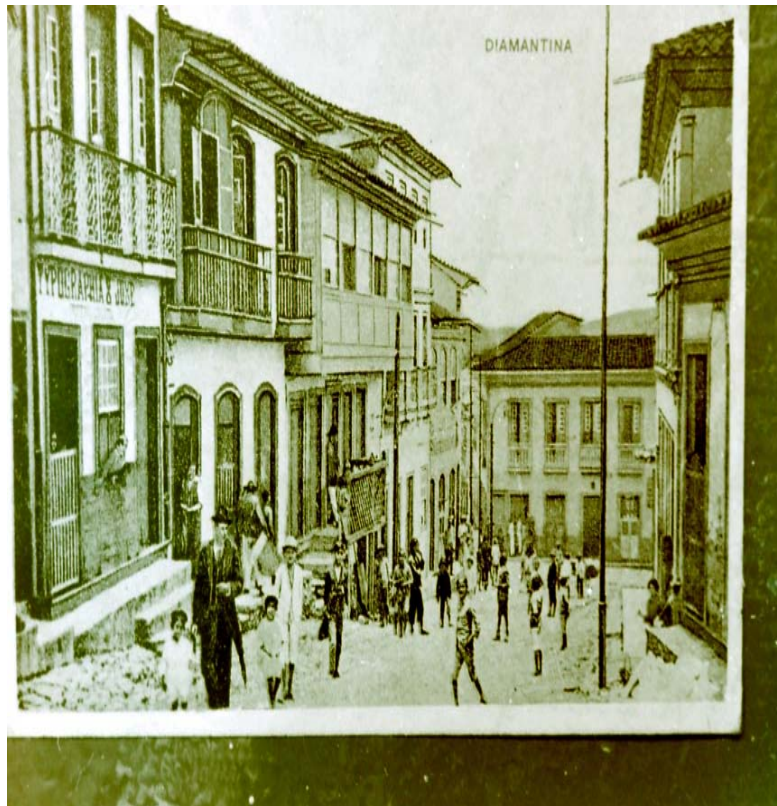
Na historiografia acima referida o fator luxo no Arraial do Tijuco ocupa razoável espaço, especialmente na época dos contratadores. Lúcia Machado de Almeida é a única que esboça uma crítica à estética do luxo dizendo tratar-se de frivolidade. No século XIX os viajantes estrangeiros como John Mawe, Auguste Saint-Hilaire e Von Marcius relatam os resíduos da ideologia e da cultura do luxo no Tijuco. Portanto, o aspecto do amor ou apego ao luxo merece análise sobre seu significado social. Luxo é tudo que apresenta mais riqueza de execução do que é necessário para sua utilidade; o que é supérfluo; que ultrapassa os limites do necessário, mas agrada aos sentidos. É daí que vem a palavra luxúria, que redundava em extravagância sexual. O luxo atua com cerca, tapume que separa elementos de classes superiores de classes inferiores. O luxo é próprio das classes mais abastadas, expresso no uso de roupas, joias, móveis e objetos produzidos por renomados profissionais e artistas. Esses objetos são muito menos funcionais e muito mais representações simbólicas de estratos sociais e relações verticais de poder. O luxo é próprio de famílias dinásticas com longa tradição de riqueza patrimonial e intelectual, isto é, riqueza de erudição. Historiadores, sociólogos e antropólogos aproveitam esses objetos para pensar a sociedade na qual circulam. As personalidades históricas e atuais, bem como seus objetos de luxo exercem um fascínio sobre as camadas médias da sociedade. Além disso, a acumulação de riqueza que sustenta o luxo nunca foi obtida sem prejuízo e sofrimento de enormes contingentes humanos. O próprio tráfico negreiro gerou

ingentes fortunas, além das riquezas que o trabalho escravo proporcionou. É incalculável a quantidade de indígenas capturados e abatidos para desocuparem os espaços físicos de mineração, agricultura e pecuária.

Na década de 1990 houve, em Diamantina, um casamento de família de classe média alta, em que a noiva foi transportada para a igreja em um “Rolls-Royce Phantom” alugado. O vestido da noiva foi inspirado no vestido de casamento da princesa Grace Kelly. Os padrinhos vestiam *smoking*; as mulheres trajavam vestidos longos e chapéus transparentes; a dama de honra trajava um vestido de saia rodada e tiara na cabeça. A indústria cultural produz para as classes médias objetos de baixo custo, que imitam os realmente luxuosos. A classe média baixa também sonha com a riqueza para poder adquirir objetos de alto valor. No programa “Zorra Total” da Rede Globo, a atriz Kátia Canaro faz o papel de uma personagem, Lady Kate, que era mulher pobre e rude, mas ao tirar um grande prêmio na loteria, fica rica. Como tal, vive tentando entrar para a alta sociedade. Para compensar sua ausência de cultura ou erudição contrata um assessor afeminado, Cleiton, que entende de alta sociedade. Ele é o primeiro a achar graça nas gafes da patroa *nouveau riche*.



F. Borgeti – *Estilo de época no Tijuco, 1913*



Rua da Quitanda, Diamantina. Autor desconhecido.
Reproduzido em litografia, na Alemanha, em 1912.

2. Congresso Político do Norte de Minas



Forum de Diamantina. Desenho de Eliza Vidal.

Revista “Kosmos”, Rio de Janeiro, setembro de 1907. “Diamantina”: título de uma crônica de Aristides Rabello ali publicada com uma linguagem objetiva, prática e realista, buscando as verdades escondidas pelo discurso idealista de sua época. Na medida em que trilha um caminho não clássico para a abordagem dos traços culturais dos diamantinenses, Aristides Rabello, há 106 anos, consegue nos falar de alguns aspectos que até hoje continuam vivos como ele os viu

Em busca do progresso

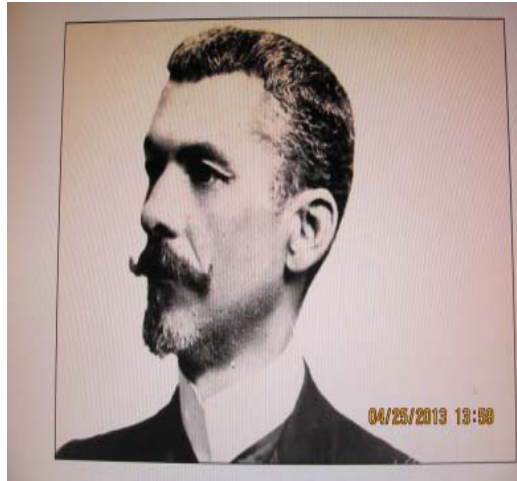
O primeiro parágrafo da crônica de Aristides Rabello descreve o que foi o congresso do Norte de Minas, realizado em Diamantina, em 1906. *Agora em setembro veio à baila no Estado de Minas Gerais, o nome da cidade de Diamantina; lá se reuniu no dia vinte, entre festas oficiais e pagodeiras do povo um congresso das municipalidades do Norte do Estado. Foi um congresso como são todos os congressos: fez-se uma chamada, o presidente abriu a sessão, uns dormiram e outros lançaram idéias, discutiram-se, as horas passaram, o presidente encerrou a sessão. No fim nada de prático terá saído, ficando apenas a recordação das festas; dos banquetes para os que não são da terra e as dívidas para a administração. Conquanto isto seja verdade, o congresso de Diamantina é um acontecimento curioso: lá foi o presidente do Estado, lá estava a imprensa, lá foram pessoas de diversas partes, Diamantina foi muito vista e muito falada. Todos se convenceram de que é uma terra curiosa e rica de diamantes; todos se convenceram de que ali só falta o trabalho e o dinheiro; de que ali é uma fonte de riquezas ocultas; de que ali é um céu abandonado; de que aquilo deve continuar a ser um torrão ambicionado por seus tesouros; que o Norte de Minas é uma ignorada maravilha. Terão boas intenções, acharão que em parte alguma do uni-*

verso se assa tão bem um lombo de porco e que aquele vinho lá fabricado é um assombro... Mas apenas reentrados em seus eixos, farão política esquecendo a pátria. Assim, passados os três dias de festanças e mal desapareça o último hóspede farto, a curiosa cidade voltará à sua vida pacata. Vai um dia e volta outro, um garimpeiro preto cata aqui um diamante no seu carumbé; acolá uma companhia inglesa colhe uma fortuna na sua draga, outro mineiro pobre perde o seu dinheiro a escavar uns buracos aqui; acolá, uma companhia francesa absorve milhares de francos; a pasmaceira da indústria reina; a pobreza entra para a terra e a riqueza sai com os estrangeiros; a estrada de ferro continuará a distar 20 léguas; não existirão estradas; o governo lhe presenteará com uns quilos do jornal “Minas Gerais” e a Diamantina grata dará ao governo, de quatro em quatro anos, um deputado. É assim, sob este aspecto, que a princesa do Norte de Minas é uma interessante cidade.

Em 1972 a Secretaria de Estado da Educação levou para Diamantina o congresso da AMAE (Associação Mineira de Administração Escolar). De início discutiram-se as dificuldades infra-estruturais para a realização do congresso, alegando que a cidade não contava com hospedagens suficientes para 600 participantes. A prática revelou-se muito além das expectativas, de vez que o povo de Diamantina, além de conseguir as hospedagens, deu assistência a cada congressista de modo excepcional. Além de proporcionar transporte para o local do congresso, levava os congressistas aos bailes, banquetes, serestas e a toda espécie de divertimento tradicional da cidade. Justamente naquele momento, para angústia dos diamantinenses, o governo estadual cogitava de tirar da cidade a Delegacia Regional de Ensino.

O ponto em que estava paralisada a estrada de ferro era Corinto, a 147 quilômetros de Diamantina. Dois anos depois da visita de João Pinheiro, em 1909, reinicia a construção que só terminou em 1914. Somente dezoito anos depois, em 1925, é que teve início a sonhada estrada de rodagem, mas com direção a Teófilo Otoni. Por muito tempo esteve paralisada por falta de verbas. O próprio povo

custeou as obras de vários trechos. Em 1968 terminava a pavimentação asfáltica da rodovia federal até Diamantina, mas, a partir daí, perde o ramal ferroviário e a Diretoria dos Correios e Telégrafos.



Retrato de João
Pinheiro, Acervo
Arquivo Público
Mineiro.

O tipo diamantinense

O segundo parágrafo do artigo de Aristides Rabelo descreve o caráter cultural do povo de Diamantina: *Com os seus doze mil habitantes, longe da estrada de ferro e esquecida; numa altura considerável sobre o mar; com o mais adorável clima; com a mais risonha natureza vivendo inteiramente à moda colonial; apesar da sua indústria morta e sua riqueza perdida, é a mais alegre, a mais pândega cidade de que se tem notícia. A impressão de um viajante (que lá é recebido como um príncipe) no fim de algumas noitadas de ceias e de pic-nics estrondosos, é de que ali tudo é crença e que a vida por lá é uma loucura. Dança-se o siriri nas ruas, joga-se baralho com a própria polícia (e note-se que lá é a sede do 3º Batalhão) cada noite é de pagodeira, cada dia é dia santo, em toda casa resplandece alegria, toca-se música por todo canto, mas o viajante ainda que lá fique todo um ano, não verá pelo comércio inteiro uma*

bolada de contato de réis! É, então, um mistério! Esta vida é um mistério! - dizem os diamantinenses que se pasmam com sua vida lauta e conhecem a sua bolsa. Mas não pensam muito e vivem.

Ainda hoje, não há quem possa negar a hospitalidade e a amabilidade do povo de Diamantina, com suas profundas raízes históricas.

Na época colonial o contrabando do diamante era mais fácil que o do ouro. Para sustar as explorações clandestinas e evitar uma mobilidade social inconveniente, o Distrito Diamantino tornou-se uma ilha no centro do continente. O arraial foi cercado por todos os lados. Ninguém saía ou penetrava sem autorização superior e especial. Os poderes delegados aos contratadores e aos intendentess chegaram ao extremo do despotismo e das medidas repressivas. Na primeira década do século XIX, John Mawe visitou o Distrito Diamantinense e em seu relatório registrou: “Pedi licença a Sua Alteza Real para inspecionar as minas de diamantes do Serro Frio. Este favor não fora ainda concedido a estrangeiros. Nenhum português tivera licença de visitar o distrito a não ser para negociações que a ela se referissem, mesmo assim com precauções tais que impossibilitavam dar ao público descrição conveniente”. Além disso, as grandes distâncias e uma constante falta de transporte deixavam Diamantina isolada até bem pouco tempo.

Esse incrível isolamento é que levou o diamantinense a desejar ardentemente a presença de um viajante e a cultivar a arte da hospitalidade. O diamantinense herdou da fidalguia lisboeta o gosto pelo conforto, pelo luxo, pelo banquete e pelo canto, mas não herdou a fortuna carregada para Portugal.



Sarau em
Diamantina,
desenho de
Julius Kaukal,
1968.

Infra-estrutura e turismo

Na terceira parte Rabelo descreve as formas como os viajantes são recebidos em Diamantina. *Logo que o viajante chega a Diamantina tratam de acomodá-lo, perguntam-lhe por seus negócios, é visitado e convidado para um divertimento qualquer. Não lhe falta quem se orgulhe de guiá-lo pela cidade, pois lá é uma honra sair-se à rua com pessoa de fora. E o viajante é levado ao barbeiro, que abandona os fregueses da terra para servir ao de fora e os fregueses não protestam. Esperam com muito gosto, examinam ao de fora, entram em conversa e oferecem-lhe a casa. O viajante está contentíssimo. Se for inteligente observa tudo, admirando aquelas ruas aladeiradas e sinuosas, encartuchadas de casas brancas; vê as capistranas (calçada de laje); admira aquele céu de azul forte, aquele ar dulcíssimo. Se entra numa loja é cercado de amigos e convidado para um siriri. À noite está ele, seja desembargador ou caixeiro viajante, numa roda de cantar. No dia seguinte os figurões da cidade dão-lhe um pic-nic no Rio Grande, onde há um córrego de meio quilômetro de cursos e uma serrania selvagem. Daí a oito dias o homem está pasmo com aquela terra, cativo com aquele povo, quase farto de pagodeiras. No fim de vinte dias se acha naturalizado diamantinense. Já está muito visto. Já não dá importância aos que com ele passeiam e o seu posto é substituído por outro qualquer que chegue. Então o viajante é forçado a filosofar, com amargura, que tudo passa na terra, até o valor raro de um hóspede.*

Atualmente o bairro Rio Grande limita-se com uma favela cujos casebres misturam-se com as enormes rochas do pé da serra. O córrego é turvo, sujo e fétido. Rio Grande não é mais mostrado aos visitantes, Biribiri, Gruta do Salitre, Cristais e Sentinela são lugares privilegiados por seus lagos naturais e artificiais, por suas cascatas cristalinas e por maravilhosas paisagens rupestres. As

estradas que levam a esses lugares não são boas, mas os diamantinenses, para motivar os visitantes, dizem que é compensador o sacrifício da poeira ou da lama em seis ou sete quilômetros; que as terras do município são muito ricas em minerais, mas que a Prefeitura é muito pobre; que a administração pública estadual nada faz e que o ideal seria construir um balneário em Biribiri. Só assim teriam um turismo permanente e não periódico por ocasião das festas.

O festival de Inverno, depois de 13 anos de atividades em Ouro Preto, transferiu-se para Diamantina em 1981. Grande parte dos comentários ocupou-se em afirmar as diferenças entre o festival em Ouro Preto e o realizado em Diamantina. O traço diferencial aqui foi o da participação do povo em todas as atividades com um dinamismo e com um entusiasmo nunca vistos. Foi o povo de Diamantina que deu vida e fez justificar a continuidade do festival. Ofereceu a oportunidade de um questionamento sobre os propósitos políticos dos seus mentores e proporcionou uma reforma no seu conteúdo.

As tradições

Já na quarta parte de seu ensaio, Rabelo fala das tradições e a busca do progresso de Diamantina. *E o trabalho? Por lá não há o ganha-pão! Em Diamantina se há o ganha-pão, não se ouve falar nele. Nas ruas não se vê a luta insana do labor, onde uma calma infinita reina. Não se vê uma carroça, não se ouve um ruído além de máquinas de costuras e algum martelo de sapateiro. Os sinos, estes sim! Dez igrejas bimbam para tudo. O reverendo bispo não pode sequer dar um giro pelo terreiro do seu palácio, sem que as torres da cidade anunciem a grata nova dos fiéis. Nem sequer o apito de uma máquina a vapor. Os quatro jornais da terra são feitos em prelos tocados a braço. Mas esta estranha feição para uma cidade do século XX é própria de uma terra onde se cuida apenas do diamante e*

para transportar diamante não é necessário a estrada de ferro. E para extraí-lo? Aí eu não sei se há necessidade de máquinas. Os estrangeiros que lá trabalham pelas redondezas, usam-nas a granel. O mineiro, porém usa uma enxada e a bateia. Isto é mais poético, mais tradicional e o nosso povo é extremamente amante da poesia e das tradições. Vamos ver o que se decidirá depois da visita do Dr. João Pinheiro àquelas plagas esquecidas. Se ele é apenas poeta, deixará os diamantes dormirem lá o seu sono eterno. Se for industrial, como sabemos e talvez Diamantina merecendo-lhe as simpatias consiga uma estrada de rodagem.

Neste ponto, o quadro pintado por Aristides Rabello, em 1907, continua com poucas alterações, tanto na sua forma quanto no seu conteúdo. Isto é, o diamantinense da atualidade trabalha a seu modo, mas trabalha muito. Grande parte das riquezas extraídas no município continua não pertencendo ao diamantinense.

Diamantina é uma cidade muito barulhenta, com um grande índice de automóvel por habitantes. As ruas estreitas, íngremes e sinuosas dificultam o tráfego de carros, ônibus e caminhões que usam as marchas lentas e buzina nos cruzamentos.

Os diamantinenses esperam mais de meio século para ver encurtada a distância entre sua cidade e a capital e esperam até hoje que o asfalto prossiga ao encontro com a rodovia Rio - Bahia. Há mais de dois séculos esperam ver diversificadas as suas atividades econômicas. Esperam, ainda, que seu patrimônio histórico não seja depredado e que suas ruínas sejam recuperadas.



A lavagem do diamante. Spix e Marcius, 1818.

Ilustradores

ALBERTO DA VEIGA GUIGNARD – Nascido em Nova Friburgo, RJ, a 25 de fevereiro de 1896 e falecido em Belo Horizonte, MG, no dia 25 de junho de 1962. Sua formação artística foi alcançada na Europa, onde viveu dos 11 aos 33 anos de idade. Em 1944 transferiu-se do Rio de Janeiro para Belo Horizonte a convite de Juscelino Kubitschek, então prefeito de Belo Horizonte, para dirigir o Instituto de Belas Artes. Guignard é o patrono da atual Escola Guignard.

ELIZA VIDAL – Participou da monumental obra intitulada *Guia dos bens tombados de Minas Gerais*, com muitos desenhos de edificações históricas, organizada por Wladimir Alves de Souza, editada pela Expressão Cultura, Rio de Janeiro, 1984.

JULIUS KAUKAL – Professor particular de desenho, em Belo Horizonte, na década de 1930. Ilustrador de “A história de Nossa Senhora em Minas Gerais”, de Augusto de Lima Júnior e a Vida de Tiradentes. Como ilustrador da Imprensa Oficial de Minas Gerais, na década de 1960, passou a utilizar matrizes e prensas litográficas para fins artísticos.

PERCY LAU – Nascido em Arequipa no Peru, em 1903 e falecido no Rio de Janeiro, em 1972. Além de ilustração de inúmeros livros, como “Vila dos Confins”, de Mário Palmério, Percy Lau trabalhou para o IPHAN, a exemplo de monumentos históricos de Diamantina, em 1944.

RENINA KATZ – Nascida no Rio de Janeiro em 1915. Vive em São Paulo, onde é professora universitária na área de gravura e artes plásticas. Consagrada e muito premiada artista plástica brasileira. Uma de suas gravuras, premiada na Bienal de São Paulo foi doada à Escola Guignard em 1996.

TOM MAIA – Nascido em Guaratinguetá, São Paulo, onde reside. É um dos mais consagrados ilustradores de livros do Brasil. Na atualidade trabalha para a Editora da Universidade de São Paulo, Edusp, área de iconografia a bico de pena. Em 1979, com texto de Aires da Mata Machado Filho publicou o livro “Diamantina & Tijuco”.

Referências bibliográficas

GOIS, Carlos. *História da terra mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1913. 182p il.

MAIA, Tom. *Tijuco & Diamantina*. (iconografia) texto polilíngue. São Paulo: Nacional; Rio de Janeiro: EMBRATUR, 1979.

MACHADO Filho, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco Cidade Diamantina*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1944.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. {1953} Desenho de Renina Katz. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Corrupção*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memória do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio* [1868]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1976.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Pan-americana do Livro, vol. 1, 1962.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. [1901] Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília INL, Ministério da Educação e Cultura, 1974. Vol. 2.

Obras da Comissão Mineira de Folclore

Boletim Carranca – periodicidade trimestral

A cultura afro-brasileira em Minas - Antônio de Paiva Moura

A sombra do andarilho: o Folclore e suas charadas - José Moreira de Souza

Arte popular figurativa - Saul Alves Martins

Boi da manta - Danielle Gomes de Freitas

Catálogo Obras da Comissão Mineira de Folclore.

Expressividade Mineira na dança folclórica - Águeda Kallás

Folclore roteiro de pesquisa - Tião Rocha

Museu de Folclore – catálogo

Nas entrelinhas da expressão – a dança folclórica

lundu - Kátia Cupertino

Revista Comissão Mineira de Folclore – periodicidade anual

Segredos e mistérios na arte de partejar - Maria

Agripina Neves

Simpósio de comunicação sobre pesquisas em Folclore - 1 a 3